

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NO ENSINO DE PRONÚNCIA DAS SIBILANTES DO ESPAÑHOL COMO LÍNGUA NÃO MATERNA

Davidson Martins Viana Alves

Orientador: Prof. Dr. Xoán Carlos Lagares Diez

Mestrando

Introdução

Faz-se necessário mencionar que este trabalho apoia-se nos projetos de pesquisa intitulados *Laboratório de Pesquisas em Contato Linguístico (LABPEC)*, da Universidade Federal Fluminense; *Núcleo de Pesquisa em Fonética e Fonologia Aplicadas à Língua Estrangeira (NUPFFALE)* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ambos cadastrados no diretório de grupos de pesquisa do CNPq; e, ainda, ao projeto *Aquisição Fonético-fonológica de Línguas não Maternas e Ensino de Pronúncia*, que vincula-se ao Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Este trabalho versa especificamente sobre o ensino de pronúncia das sibilantes do espanhol como língua não materna, analisando os aspectos glotopolíticos que envolvem esse processo de ensino-aprendizagem. Objetiva-se construir diretrizes que auxiliem o ensino e a aprendizagem de categorias fonético-fonológicas de espanhol como L2, evitando que esse processo se estabeleça em estágios superficiais de purismo linguístico e impedindo que o falante de espanhol/L2 tenha seu estudo prejudicado e defasado por não conhecer a diversidade e pluralidade linguística. Além de não compreender como um constructo

imagético e multirrepresentacional (BYBEE, 1994, 2001a; PIERREHUMBERT, 2001a, 2001b) se constitui por muitos sotaques e se molda por variadas pronúncias. Além disso, a partir da descrição fonético-fonológica da evolução das sibilantes na história da língua espanhola como L1, objetiva-se descrever as sibilantes do espanhol como L1 para se chegar na análise das sibilantes do espanhol L2.

Discussão teórica

Nesse trabalho, ideologias, imaginário, representações, práticas, crenças e atitudes sociais e linguísticas são consideradas construtos teóricos complexos e multifacetados, em que subjazem principalmente do aspecto social e, principalmente, da interação e diálogo com os diversos contextos experienciados por e entre indivíduos. Ou seja, advém de verdades pessoais, mas que só se solidificam a partir do contato com múltiplas realidades e formas de pensar e conceituar o mundo. Ademais, cabe também citar alguns termos relacionados aos anteriores, como as noções de estigma, prestígio, intolerância, exclusão, inclusão, marca e preconceito. A partir dessa explanação, busca-se detectar em que medida a produção oral das sibilantes pode carregar essas práticas glotopolíticas e como se configura o processo de escolha de uma pronúncia, a eleição de uma variedade linguística em oposição a outras e, ainda, o porquê desse fato glotopolítico ser tão profícuo no contexto de ensino-aprendizagem formal.

Glotopolítica pode ser considerada a utilização de práticas linguísticas e extralinguísticas que se interrelacionam a contextos políticos. Assim, pode ser tida como uma extensão da sociolinguística, tangenciando a linguística aplicada em seu sentido mais amplo e interacional. Para Guespin & Marcellesi (1986), esse primeiro conceito aqui discutido possui dois eixos direcionais: um *vertical*, que se refere a fatos normativos e antinormativos, este aparentemente nulo, haja vista que normas são atemporais, pois ultrapassam a barreira da existência temporal; e um *horizontal*, que é considerado mais inovador que o primeiro, mais robusto e que se refere especificamente às relações sociais, entendendo que toda escolha e decisão modificam essas relações, esse contato. A partir disso, qualquer escolha linguística é uma prática glotopolítica.

Desse modo, cita-se o seguinte trecho:

O termo glotopolítica pode ser utilizado com dois fins: ao mesmo tempo para a evocação das práticas e para a designação da análise; a glotopolítica é portanto ao mesmo tempo uma prática social, á qual ninguém escapa (as pessoas fazem glotopolítica sem o saber, seja um simples cidadão ou um ministro de economia), e ela tem a vocação de se converter numa disciplina de pesquisa, um braço hoje necessário da sociolinguística. (GUESPIN & MARCELLESI, 1986, p. 16).

Nessa ocasião, em que se discute a porção de políticas linguísticas do presente trabalho, vale ressaltar que há em inglês, por exemplo, dos termos referentes a esse único termo do português. Por um lado *language policy* se refere a planos de ação relacionados à língua e, por outro lado, *language politics* faz referência a uma decisão ou uma série de decisões que implicam em um ato de poder. Segundo Ninyoles (1975), os acontecimentos que precedem a decisão política (=policy) e a mesma decisão (=politics) constituem dois momentos distintos de um processo em que se delimitam através da intervenção de um ato de autoridade.

Ainda, no que tange à glotopolítica, tem-se o importante conceito de planificação linguística, que, de acordo com Cooper (1997: 60) compreende os esforços deliberados para influir no comportamento de outras pessoas a respeito da aquisição, da estrutura ou da correspondência funcional dos seus códigos linguísticos. Advinda desse construto teórico, tem-se a planificação de *corpus*, que se refere intimamente aos conceitos e noções glotopolíticas mencionados.

A partir de uma reflexão linguística, sabe-se que há uma gradação, um relativismo e uma flexibilidade acerca do tratamento dado ao fator historicamente construído, denominado *norma*. Desde sua perspectiva objetiva (o que é) até sua perspectiva subjetiva (o que acham que é) e padrão (o que deve ser). Ao lado dessas perspectivas normativas, encontram-se os modos com que os falantes pensam os usos linguísticos, como eles se situam em relação aos outros falantes, aos outros usos, e como eles situam sua língua em relação às outras línguas que estão em contato com a sua, seja via aquisição, seja via ensino-aprendizagem.

Esses modos supracitados, sob os pressupostos teóricos de Petitjean (2009), podem ser considerados representações, pois se compreende que a língua só existe através do uso que delas se faz, por meio do múltiplo conjunto de conhecimentos extra e intralinguísticos,

reunidos pela comunidade de fala. A representação linguística, diferentemente das práticas, não é apreensível de maneira direta e imediata.

A fim de esclarecimento didático acerca de toda a discussão desse trabalho, evidencia-se o seguinte esquema glotopolítico, de planejamento de *corpus*:

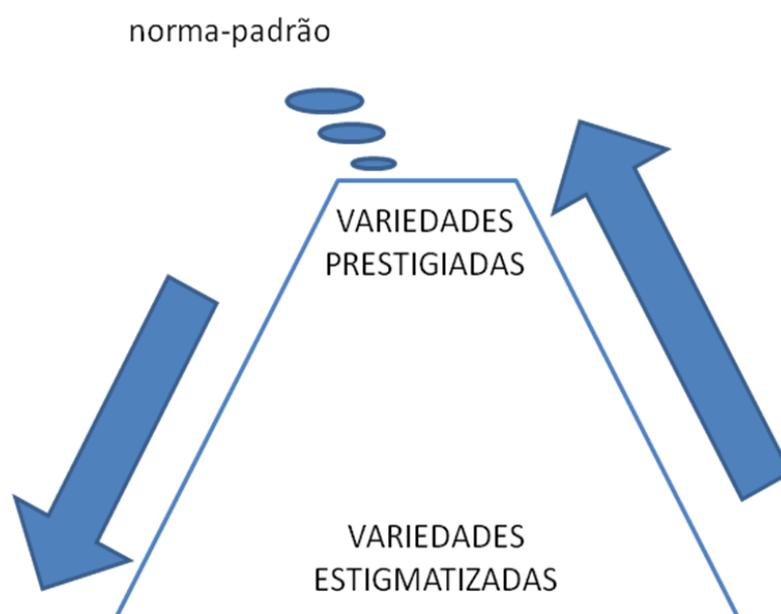


Figura 1: Esquema glotopolítico, de planejamento de *corpus*, em que a seta pra cima se refere ao prestígio social e a seta pra baixo ao estigma social.

Delimitação temática

Em princípio, analisa-se a evolução fonética das sibilantes do espanhol/L1 nos séculos XIV, XV, XVI e XVII (NAVARRO TOMÁS *et al.*, 1933; ALONSO, 1953), para que se possa descrever a produção oral dos falantes de espanhol/L2 da contemporaneidade, a partir de dados empíricos do uso analisados no programa acústico PRAAT - versão 5.4.14 (BOERSMA & WEENINK, 2015).

Observam-se os valores fonético-fonológicos das consoantes fricativas [s] e [T], que caracterizam os fenômenos linguísticos *seseo* e *ceceo*, se em posição silábica inicial (ataque / onset) e *heheo*, se em posição silábica final (coda). Nesse caso, há a realização de uma aspiração das sibilantes, representada por [h] ou [fí], dependendo do fone subsequente.

Conceituando os fenômenos fonético-fonológicos aqui analisados, observa-se que a partir da *desfonologização* do fonema fricativo sibilante ápico-alveolar surdo /s/ elimina-se a oposição e concorrência de uso existente entre ele e o fonema /θ/, assim, surgindo o *ceceo*, realização /θ/ nos grafemas <s>, <c> (antes de <e, i>) e <z>. Este tipo de pronúncia é uma das características mais evidentes e próprias da variedade andaluza da língua espanhola e, também, convencionalmente considerado pelo senso comum como traço da fala inculta e da vulgaridade, a partir de atitudes sociolinguísticas, de práticas de exclusão, intolerância e preconceito linguístico (BAGNO, 2003; 2009; LEITE, 2008; BISINOTO, 2007). Esta prática político-ideológica *lhe* é agregada principalmente por conta do contato com a zona rural. Fatores sociolinguísticos - como a origem social e geográfica do falante, e até mesmo a faixa etária - tratam de embasar e corroborar tais asserções.

Em plena oposição ao fenômeno supracitado está o *seseo*, que, por sua vez, *desfonologiza* o fonema fricativo sibilante linguo-interdental surdo /θ/ e admite uma única realização para os grafemas <s>, <c> (antes de <e, i>) e <z>, o fonema fricativo ápico-alveolar surdo /s/.

Por último, tem-se a distinção, variante de prestígio que tem como realização o fonema fricativo ápico-alveolar /s/ para os grafemas <s> e o fonema fricativo linguo-interdental /θ/ para os grafemas <c> (antes de <e, i>) e <z>. Este fenômeno está presente na comunidade de falas cultas formais, visto que é tido como pronúncia padrão (*standard pronunciation*) pelas instituições acadêmicas espanholas, por conta da manutenção da rica variedade de sibilantes existentes no passado e pela tradição de se conservar uma coexistência polifônica. A distinção está entre os referidos fonemas fricativos sibilantes surdos, que articulatoriamente se diferem apenas no ponto de articulação, sendo /s/ ápico-alveolar surdo e /θ/ linguo-interdental surdo.

Para se entender um pouco o tema é preciso saber que a pronúncia é caracterizada pela produção e percepção dos segmentos e suprasegmentos da fonologia de uma língua e que o vocábulo sotaque, que só existe em português e que tem etimologia desconhecida, equivale ao vocábulo acento em outras línguas, termo técnico também visto em português. Sotaques ainda podem ser vistos como um conjunto de marcas que caracterizam a fala de um indivíduo e que servem para identificá-lo como integrante de um grupo social, linguístico e cultural.

Ao passo que dois (ou mais) sistemas sonoros estejam em contato, construindo, assim, uma interfonologia, o falante produz sons na L2 baseados no molde acústico-articulatório de

sua L1. É muito mais prático (lei do menor esforço) usar o que se tem de semelhante em seu sistema do que criar novas categorias fonológicas para aquele som percebido.

Vale ressaltar que, na produção oral de espanhol/L2, sons que pertencem a variedades regionais ou sotaques que demonstrem influências da L1 não devem ser considerados erros, pois, não causam problemas de inteligibilidade e, ainda, que variantes da L2 devem ser consideradas como uma questão de diversidade/diferença em vez de deficiência.

Metodologia

A saber, um dos *corpus* dessa pesquisa foi formado por dados obtidos a partir da produção oral de falantes de espanhol/L2 através da leitura de um texto em um laboratório que garantiu a qualidade acústica das produções. O *corpus* constitui-se de dados linguísticos coletados de 30 estudantes da graduação em Letras: Português/Espanhol da Universidade Federal do Rio de Janeiro entre o 2º semestre de 2012 e o 1º semestre de 2013. Foram escolhidos 4 estudantes de cada nível da graduação (8 períodos) - 2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino -, com a exceção do 4º período, cuja escassez de estudantes do sexo masculino fez com que se selecionasse somente os informantes do sexo feminino. Todos os informantes forneceram dados de caráter pessoal, além daqueles relacionados ao tempo de estudo de língua espanhola, à explicitação das variedades que lhes foram ensinadas e as que adquiriram e elegeram como sua identidade linguística. Esse conjunto de informações passou, então, a compor um cadastro dos voluntários participantes da pesquisa.

Além disso, todos os informantes assinaram um termo de consentimento aceitando que utilizassem suas gravações de voz para pesquisa linguística e única e exclusivamente para esse fim e, ainda, que tinham plena consciência de que seus dados pessoais, sociais e linguísticos estão protegidos e preservados pelo direito de sigilo.

A natureza dos dados constitui-se da leitura de um texto narrativo autêntico de quatro parágrafos, lido por brasileiros cariocas que têm a língua espanhola como língua não materna. Esses dados orais foram coletados através do registro digital do programa computacional de análise e síntese de voz PRAAT - versão 5.4.14., desenvolvido pelos doutores Paul Boersma e David Weenink, professores do Instituto de Ciência Fonética da Universidade de Amsterdã.

Hipóteses

a. Em virtude do *input* variável (estímulos internos e externos) a que os falantes de espanhol/L2 estão expostos em função dos professores e material didático utilizado, a produção oral dos referidos falantes está mais voltada ao padrão dos moldes silábicos do espanhol americano do que ao do espanhol peninsular.

b. A partir de dados orais empíricos analisados no programa acústico PRAAT, há uma gradação no estágio de aprendizagem das pronúncias de espanhol L2. O grupo de nível avançado nem sempre apresenta uma maior proficiência fonético-fonológica e, por conseguinte, um maior número de representações alofônicas do que os grupos de nível básico e intermediário.

Considerações

O presente trabalho mostra-se relevante por colaborar para a compreensão dos processos e mecanismos de funcionamento envolvidos na linguagem humana, sobretudo ao que se refere à L2, e justifica-se por contribuir com a descrição fonético-fonológica do espanhol, com expressivo foco nas sibilantes.

Ademais, o valor deste trabalho justifica-se pelo fato de ele compor, de forma plena, questões relacionadas à interfonologia do espanhol falado e percebido por falantes brasileiros que têm o português como L1. Haja vista que em toda a busca bibliográfica desta pesquisa encontram-se escassos registros de trabalhos científicos que tratem de questões fonético-fonológicas do espanhol como L2 por brasileiros e, muito menos, trabalhos que envolvam esse assunto a questões glotopolíticas. Ou seja, práticas ideológicas que perpassam a linguagem.

Acredita-se que a pesquisa inicial sugerida nesse trabalho poderá contribuir à ampliação da compreensão do ensino de pronúncia do espanhol/L2. Além de preencher uma espaçosa lacuna em relação aos estudos de L2. Haja vista que há bastantes estudos que tratem da aquisição fonológica de L1 e da aquisição de L2 em geral e, no entanto, pouquíssimos

estudos que tratem da aquisição fonológica de L2 e, ainda, quase nenhum que trate especificamente da aquisição fonológica de espanhol como L2. Portanto, se fazem justificadas a escolha do objeto de pesquisa e a escolha dos pressupostos teóricos presentes neste trabalho.

A constituição do *corpus* e a aplicação e análise dos questionários confirmam a hipótese de que falantes brasileiros de português/L1 tendem a transferir características de seu sistema sonoro ao do espanhol/L2, não só no momento da produção oral, mas também quando interpretam o *input* que recebem, no momento de percepção e de construção da inteligibilidade.

No que tange à aquisição de espanhol/L2, preza-se pela criação de condições favoráveis para um uso real e efetivo da linguagem, com foco na diversidade e na pluralidade de sotaques e de pronúncias.

Ideologias puristas unilaterais que supervalorizam um uso como o “padrão” não são bem-vindas! Muito menos marcas de práticas de estigma, de exclusão, de intolerância e de preconceito social e linguístico.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. *Estudios Lingüísticos: Temas Hispanoamericanos*. Madrid: Biblioteca Romanica Hispanica. Editorial Gredos, p. 102-150, 1953.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 52ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

BOERSMA, Paul; WEENINK, David. *Praat: doing phonetics by computer*. Versão 5.4.14. Disponível em: <http://www.praat.org>. Acessado em: 30 de julho de 2015.

BYBEE, Joan. A view of phonology from a cognitive and functional perspective. *Cognitive Linguistics*, Mouton de Gruyter, Berlin/New York, v. 5, n. 4, 1994, p. 285-305.

_____. *Phonology and language use*. Cambridge: University Press, Cambridge UK, 2001a.

BISINOTO, L. *Atitudes sociolinguísticas: efeitos do processo migratório*. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2007.

CALVET, L-J. *Políticas linguísticas*. Trad. por Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

COOPER, Robert L., *La planificación lingüística y el cambio social*. Cambridge: University Press, 1997

GUESPIN, Louis ; MARCELLESI, Jean-Baptiste. Pour la glottopolitique. In: *Langages*, 21e année, n° 83, pp. 5-34, 1986.

Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726X_1986_num_21_83_2493

LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, M^a Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1977].

LEITE, M. *Preconceito e Intolerância na Linguagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

NAVARRO TOMÁS, T., ESPINOSA, A. M. & RODRÍGUEZ-CASTELLANO, L. La frontera del andaluz. *Revista de Filología Española*, 20, p. 225–277, 1933.

NINYOLES, R. *Estructura social y política lingüística*. Valencia: Editora Fernando Torres, 1975.

PETITJEAN, C. *Représentations Linguistiques et Plurilinguisme*. 2009. Thèse (de doctorat). Université des Université de Provence et Neuchâtel, Spécialité Sciences du Langage. Disponível em: http://doc.rero.ch/record/17313/files/Th_Petitjean.pdf. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

PIERREHUMBERT, J. Exemplar dynamics: Word frequency, lenition, and contrast. In J. Bybee and P. Hopper (eds.). *Frequency effects and the emergence of lexical structure*. Amsterdam: John Benjamins, p. 137-157, 2001a.

Créditos das imagens

BAGNO, M. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p. 68